

Imaginário religioso nos ex-votos e nos vitrais da Basílica de Trindade - GO

Eduardo José Reinato*

Resumo

O presente estudo pretende analisar um conjunto de fontes ainda pouco exploradas na história de Goiás, que são os ex-votos das salas dos milagres do Santuário de Trindade. A intenção é entender de que maneira se expressa a religiosidade popular por meio dos ex-votos e perceber a reação do catolicismo oficial a esse tipo de manifestação. Isso porque se viu nos últimos anos uma tentativa de controle do imaginário pela imposição de uma “guerra às imagens” não oficiais. Assim, a sala de ex-votos foi reorganizada no Santuário de Trindade, em Goiás. Mas o próprio santuário, além dos santos de devoção alinhados em vitrais, optou por catolicizar as práticas votivas. Ao se entrar na nave do Santuário de Trindade, vemos releituras dos ex-votos expostas nos vitrais, visto que incluem elementos não contidos nas tábuas votivas originais.

Palavras-chave: Ex-votos. Imaginário. Fontes visuais.

Introdução

Embora ainda esteja em vias de se tornar um objeto privilegiado na historiografia brasileira, Michel Vovelle, em um breve artigo – “Os ex-votos do território marseelhês”¹ –, chama a atenção para a importância do ex-voto como documento da história cultural. Trata-se de uma fonte capaz de revelar ao historiador aspectos da relação do homem com Deus; a presença do sagrado e do milagre na vida cotidiana, contribuindo para o estudo das atitudes religiosas populares. Além de Michel Vovelle, diversos estudos para a Europa já incorporaram o ex-voto como sítio privilegiado da história das mentalidades. O mesmo se pode afirmar em relação ao tratamento da questão em Portugal e aos estudos realizados no México sobre os ex-votos.

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor Adjunto do Programa de Mestrado da Universidade Católica de Goiás. E-mail: reinato1@hotmail.com

Em uma resenha sobre um catálogo dedicado aos ex-votos, Laura de Mello e Souza reiterou seu valor documental como testemunho de “fragmentos preciosos de um mundo ao qual as outras fontes nem sempre dão acesso”. Além disso, a autora indica a possibilidade de se pensar sobre questões teóricas atuais pelo estudo da prática votiva, como a da circularidade entre os níveis de cultura ou da apropriação das práticas culturais. As considerações desses autores justificavam a relevância e as possibilidades de uma pesquisa em torno do estudo da prática votiva no Setecentos mineiro, tendo como enfoque sua relação com a cultura e religiosidade populares.

Trindade no contexto de fé

Formação do sul de Goiás

A província de Goiás começou a se organizar logo após 1830. Superada a crise provocada pela abdicação de dom Pedro I, alguns homens públicos de Goiás assumiram a administração provincial adotando políticas de desenvolvimento. Foram abertas escolas para ambos os sexos em diversas localidades, organizados destacamentos da Guarda Nacional em todos os distritos (com a finalidade de manter a ordem pública), instaladas quatro comarcas (Goiás, Santa Cruz, Cavalcante e Paranã), além da criação de novos municípios.

Os três municípios do sul na província de Goiás

Todo o sul de Goiás, do rio dos Bois à divisa de Minas Gerais, constituía o ter-

ritório do antigo distrito de Santa Cruz, existente desde o século 18. No ano de 1833 esse território foi dividido em três partes, formando os municípios de Santa Cruz, Catalão e Bonfim (Silvânia).

O distrito de Santa Cruz, criado em 1776, tinha um imenso território, que abrangia todo o sul de Goiás. A oeste, sua divisa era o rio dos Bois; a sul e a leste, o rio Paranaíba; a nordeste fazia divisa com o município de Santa Luzia (Luziânia) e, ao norte, com o município de Meia Ponte. Em 1833 uma resolução provincial dividiu o distrito em dois, criando os municípios de Santa Cruz e Catalão. No mesmo ano, outra resolução criou o município de Bomfim, que incluía todo o território onde já existia o arraial das Campinas e onde alguns anos depois surgiria Trindade e, bem mais tarde, Santa Bárbara e Campestre.

A partir de 1833 o sudeste goiano começou a construir uma identidade. Além da constituição dos três municípios, Santa Cruz tornou-se sede da Comarca, teve juiz de direito nomeado e, com a constituição da Assembleia Legislativa Provincial, a região começou a ter representação política na capital.

Durante o período até 1905, o município de Santa Cruz foi repartido, formando os municípios de Morrinhos, Piracanjuba e Corumbaíba, além dos distritos de Caldas Novas, Orizona, Itumbiara e Pontalina, que depois também se tornariam municípios. Catalão também se dividiu para formar Ipameri. Do município de Bomfim surgiu, em 1880, o distrito de Suçupara, que dezesseis anos depois se tornaria município de Bela Vista. Esse distrito tinha

uma vasta área e integrava as pequenas localidades de Campinas e Barro Preto.

Suçuapara fazia divisas com Alemão (Palmeiras), Currealinho, Santana de Antas (Anápolis), Bomfim e Pouso Alto (Piracanjuba). Pela sua extensão, não demorou muito para que também começasse a ser dividido.

Foi no ano de 1810 que algumas famílias, lideradas por Joaquim Gomes da Silva Gerais, deixaram Meia Ponte e se estabeleceram onde hoje é Goiânia, fundando, então, o arraial de Campinas, que ficou subordinado a Santa Cruz. A formação do arraial propriamente dito começou com a criação do patrimônio de Nossa Senhora da Conceição e a construção da primeira capela, em data desconhecida, pelo alferes Joaquim, segundo registros do Livro do Tombo da Freguesia (paróquia). No dia 13 de abril de 1839 faleceu Joaquim Gomes, sendo sepultado no adro em volta dessa capela. Grande parte dos moradores tinha imigrado do estado de Minas Gerais. De qualquer forma, desde 1836 a igreja já possuía Livro de Casamento, como “Capella Curada da Paróquia de Bonfim”, hoje Silvânia.

A matriz de Campinas recebeu esse nome exatamente da mesma forma que todas as suas irmãs do interior. Foi a primeira igreja construída em Campinas, em 1844. Antigamente, a igreja se constituía como centro do povoado. Era o ponto de reunião das pessoas, que ficavam ali depois das celebrações. Durante a semana, o movimento era fraco e regular. O melhor ficava para sábado e domingo. Virava uma verdadeira festa. Nestes dias o pessoal da roça vinha para a cidade e os operários estavam de folga. Aí o movimento crescia. Todos vinham fazer suas compras na cidade.

A igreja, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, foi elevada à dignidade de freguesia pela lei provincial de 10 de julho de 1843, constituindo-se em “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas”. A primeira imagem de Nossa Senhora da Conceição chegou ao Brasil numa das naus de Pedro Álvares Cabral. A Imaculada Conceição foi proclamada padroeira do Império Brasileiro por dom Pedro I e já no despoitar do século XX, com o advento da República, o título cedeu lugar a Nossa Senhora Aparecida, que é uma antiga imagem da Imaculada Conceição encontrada nas águas do rio Paraíba do Sul, em Aparecida.

Os primeiros dados estatísticos sobre Campininhas foram fornecidos por Cunha Matos, em 1824: “Fica aproximadamente 24 léguas ao sudeste da cidade de Goiás. Tem 11 casas e uma capela de Nossa Senhora da Conceição. O arraial é habitado por agricultores e criadores de gado para o fornecimento da cidade.”²

A velha igreja matriz localizava-se em ampla praça, onde até a década de 1920 pastavam tranquilamente equínos, muares e bovinos. Impressionava os alemães que mal atravessavam as ruas e, em especial, o largo da matriz e observavam que servia de pasto para a tropa e para o gado de particulares.

O município de Campinas foi criado por lei estadual em 1907, ao qual passaram a pertencer os arraiais de Barro Preto e São Sebastião do Ribeirão, além das nascentes povoações de Aparecida e São Geraldo. Dois anos depois, a lei municipal no 5, de 12 de março de 1909, criava o distrito

do Barro Preto e alterava seu nome para Trindade, incluindo no seu território o arraial do Ribeirão. Cinco anos mais tarde, outra lei municipal estabelecia o distrito de São Sebastião do Ribeirão, que depois receberia o nome de Guapó.

Finalmente, a lei estadual nº 662, de 16 de julho de 1920, criou o município de Trindade, com território desmembrado de Campinas e a ele anexado o distrito de São Sebastião do Ribeirão. Sete anos depois, sua sede seria elevada à categoria de cidade por meio da lei estadual nº 825, de 20 de junho de 1927.

Em 1927, o sul do estado tinha a maior concentração de municípios – consequência de uma população maior, melhor organização político-administrativa e maior dinamismo econômico e social. Tanto que depois de 1930, quando o governo estadual começou a trabalhar a transferência da capital, todas as localidades selecionadas estavam em municípios dessa região.



Figura 1 - Mapa de Goiás com destaque para os municípios de Trindade e Goiânia. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/rank/2003/mapa_trindade.htm

A escolha do sítio da nova capital no município de Campinas, de onde Trindade havia sido desmembrada e com o qual tinha a mais extensa divisa, conferiu a este município uma nova centralidade geopolítica no estado. Até então, Trindade era apenas lugar de passagem para a velha capital ou para a ferrovia. Com a nova capital alteraram-se todas as correlações e o próprio papel da cidade e do município, estabelecendo-se uma nova relação que trouxe grandes benefícios.

De Barro Preto a Trindade

Segundo a tradição, o povoado de Barro Preto teria surgido por volta de 1840. Naquele ano, Constantino Rosa e Ana Xavier, ao roçarem um pasto ao lado do córrego Barro Preto, teriam encontrado um medalhão de barro. O medalhão representava a “Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria”. Com a descoberta, Constantino e Ana reuniam a gente humilde da região sempre aos sábados para rezar o terço e, em pouco tempo, a casa já não conseguia acolher tanta gente para a oração diante do pai eterno.

A primeira capela, coberta de folhas de buriti, foi construída pelos habitantes em 1843. Os devotos vinham de todo lugar, trazendo presentes e ofertas. Logo se ergueu uma capela de alvenaria, coberta de telhas; surgia o patrimônio da igreja, com doações de terras pelos fazendeiros do arraial.

Em 1850, Constantino, Valentim Romão e Luiz de Souza doaram o terreno ao divino pai eterno, formando o patrimônio

de onde viria a se desenvolver o povoado do Barro Preto. O nome foi adotado em razão da característica da terra local, marcada pela cor escura, além, é claro, da influência do córrego Barro Preto, assim chamado porque suas margens tinham uma lama gosmenta e preta.

História de Barro Preto

Mas há uma outra versão para essa história. Constantino teria encontrado o medalhão de barro em sua olaria. É possível até que tenha sido ele o fabricante da peça. O historiador Miguel Arcângelo Nogueira dos Santos sustenta a tese de que, ao desejar construir uma capela em sua propriedade, Constantino teria antes perguntado a um padre qual o santo mais forte. Este teria respondido que força maior não havia do que a da Santíssima Trindade: Deus, seu filho Jesus e o Espírito Santo.

Os primeiros devotos e moradores do Arraial tornaram-se devotos da Trindade, de tal maneira que, em 1854, o próprio arraial já era conhecido pelo nome de Santíssima Trindade do Barro Preto.

O desaparecimento do medalhão

Aos primeiros romeiros pouco importou o fato de o medalhão ter sido achado ou fabricado. A religiosidade se constituiu em torno não da Trindade, mas de um Deus uno e todo-poderoso: o pai eterno.

Constantino e os devotos resolveram retocar o medalhão sagrado, já gasto pelas romarias. Para tanto, a tarefa teria sido destinada a José Joaquim da Veiga Valle, da cidade de Pirenópolis. Entretanto, o ar-

tista não retocou o medalhão e, sim, criou uma outra escultura representativa, feita em madeira e ainda hoje venerada no Santuário de Trindade. O medalhão ficou desaparecido até ser reencontrado na década de 1990, quando um devoto o teria devolvido ao se confessar. Mesmo havendo dúvidas quanto à autoria, a imagem passou a cumprir a missão de referenciar a fé dos moradores e romeiros de Trindade.

A fé que arrasta multidões

A fé no divino pai eterno transformou-se em romaria. Ao longo dos anos, ganhou fama e trazia gente de todos os lugares. O refrão popular contava bem o espírito da romaria: “Coisa boa é bondade, festa boa é da Trindade”.

A romaria movimentou a rotina de Trindade desde que foi edificada a primeira capela, em 1843. O padre Antão Jorge, missionário redentorista e vigário, coordenou as obras de construção do santuário em 1911. Como a igreja se tornara pequena para o grande número de romeiros, em 1912 foi inaugurado o Santuário, em estilo barroco, hoje Matriz de Trindade (Santuário Velho).

A devoção ao pai eterno atravessou os anos e passou a arrastar multidões para Trindade, cuja emancipação política foi conquistada em 1920. Os romeiros vinham a pé, a cavalo e em carros de boi, dias e dias na estrada, para rezar diante da imagem e agradecer as graças recebidas. Por isso, em 1943 o arcebispo de Goiânia, dom Emanuel Gomes, juntamente com os missionários redentoristas, lançou a pedra fundamental do novo santuário.

Barro Preto no final do século XIX

Nessa época, o Arraial do Barro Preto não passava de um pequeno povoado, que tinha a igreja e doze casas de pau-a-pique. Nos dias de festa, a calmaria do local dava lugar a um grande fluxo de pessoas, em média vinte mil. Nesse momento, o sagrado e o profano interagiam. Conforme o relato de Oscar Leal, Barro Preto apresentava um aspecto soberbo. Havia gente de todas as classes. Curiosos e devotos se misturavam a negociantes, especuladores e jogadores.

Os padres redentoristas em Trindade

A história de Trindade se completa com a chegada dos padres Redentoristas a Goiás, em 1894, vindos da Alemanha para cristianizar a romaria. Os missionários redentoristas pertencem à Congregação do Santíssimo Redentor.

Os padres Redentoristas foram enviados a Trindade com o intuito de cristianizar a romaria e impor o preceito moralizador da Igreja na festa que deveria ser religiosa, não profana. Entretanto, a recepção dos padres Redentoristas na festa de 1895 foi marcada pela desconfiança e com uma latente agressividade por parte dos chefes políticos locais, liderados, sobretudo, pelo coronel Anacleto.

O objetivo principal da convocação dos Redentoristas alemães pelo bispo dom Eduardo Duarte Silva, de Goiás, era a administração do Santuário de Barro Preto, hoje Trindade, pertencente à paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas e dela distando cerca de quatro léguas, ou

24 km. O motivo aparente para os guardiães residirem longe do santuário estava relacionado com fatores de ordem geográfica, como o clima, a altitude e a água. A crônica da fundação, na página 37, salientava a excelência do clima de Campinas, mais salubre que o de Trindade: “A posição è elevada, graças ao que o clima é mais ameno, sadio, tanto que não raro há pessoas que ultrapassam os cem anos.”

O fator água foi exaltado pelo padre Francisco Wand: “O lugar escolhido em Campinas possui fonte de água excelente e sempre é favorecido, pela tarde, por uma viração fresca e agradável.” Já sobre Barro Preto, em 1890, a mesma crônica relata: “[...] devia antes ter o nome de Água Suja. Realmente nunca bebi água tão ruim, como a que ali encontrei, e que assim mesmo era preciso buscar ao córrego das Bruacas, a meia légua de distância em burros e odres (saco) de couro cru.”

Um acordo feito entre os Redentoristas e o bispo de Goiás, dom Eduardo Duarte Silva, estipulava que a renda da romaria deveria reverter para a manutenção dos missionários redentoristas. Isso tirou o poder de controle econômico dos tradicionais mandantes de Barro Preto.

Os ex-votos de Trindade

Ao tomarmos os ex-votos de Trindade estamos definindo um universo de fontes para o trabalho histórico que são, na sua maioria, visuais. No entanto, os ex-votos não são unicamente uma fonte visual. Junto a uma foto pode-se encontrar um texto descritivo, no mais das vezes manuscrito,

da família ou do próprio “miraculado”. Também quando analisamos ex-votos feitos em pintura em tela e a óleo ou em retábulos de madeira, podemos encontrar junto à maioria dos quadros descrições da cena pintada ou fatos referentes ao próprio milagre.

A princípio, devemos ressaltar serem os ex-votos uma fonte visual, o que permite uma reflexão: ao longo do tempo – como nos lembra Meneses, ao se aproximar do campo visual, o historiador reteve, quase sempre, exclusivamente a imagem – transformada em fonte de observação.³

Outra forma de abordagem do campo visual caracterizado desde a década de 1960 é a atitude de iluminar as fontes visuais com a informação histórica externa. Não se tem buscado, desde então, uma forma de produzir conhecimento histórico novo com base nessas mesmas fontes. Dessa maneira, a função da imagem tem se limitado ao seu uso como ilustração. Segundo Meneses:

[...] a ilustração agia com direção fortemente ideológica, mas não é menos considerável seu peso negativo, quando o papel que ela desempenha é o de mera confirmação muda de conhecimento produzido a partir de outras fontes ou, o qual é pior, de simples indução estética em reforço ao texto, ambientando afetivamente aquilo que de fato contaria.⁴

De maneira geral, os estudos mais recentes sobre cotidiano, vida privada, mentalidades e imaginário são recheados desses exemplos de usos de fontes visuais. Apenas como elemento ilustrativo, na sua maioria, a imagem torna-se silenciadora dos cotidianos e mentalidades, muito mais do que contribuinte efetiva. Assim, a fonte

visual não tem suplantado a situação de repositório especular da informação escrita e empírica. O perigo evidenciado desse tipo de utilização vincula-se ao fato de que dessa forma a fonte visual passa a conter uma identidade em si, de toda forma a-historicizada, como acrescenta Meneses, e disso resulta um processo de dependência das técnicas de leitura derivada de uma submissão mecânica à iconografia/iconologia, ou até mesmo de uma semiótica a-historicizada.

Tudo isso tem impedido que se estudem os enunciados próprios das imagens, ou suas trajetórias, limitando-se a uma abordagem ou das mentalidades, do imaginário e da ideologia.

As iniciativas em torno da história da fotografia, ou mesmo da relação entre fotografia e história, mostram-se com uma relativa consistência, visto ter sido esse o campo que melhor absorveu a problemática teórico-conceitual da imagem, ao mesmo tempo em que gerou um desenvolvimento autônomo nos últimos anos.

Recentemente, têm sido organizados arquivos e bancos de dados em torno de coleções fotográficas, seja álbuns de família, seja até mesmo arquivos específicos de fotos que mostram festas em cidades e mesmo da evolução das cidades observada por meio das imagens. Coleções de caricaturas, pinturas de viajantes e mesmo a cartografia têm sido sistematicamente organizadas como fontes visuais, não mais como complementos visuais para fontes escritas. No entanto, grande parte do restante da iconografia está ainda a descoberto.

A nosso ver, esse ainda é o caso das fontes visuais vinculadas à religiosidade popular, como é o caso dos ex-votos. No caso do interior do Brasil, e mais especificamente em Goiás, essas fontes não foram até então consideradas relevantes para os estudos históricos. Vinculadas à preocupação precípua de artistas e estudiosos de arte Naïf, são ainda documentos inéditos para boa parte dos historiadores.

Por outro lado, deve-se salientar que as próprias universidades e cursos de pós-graduação só muito recentemente têm investido na formação e em estudos sobre cultura visual. Quando o fazem, mesmo hoje em dia, isso ocorre de forma mais sistemática no contexto dos departamentos de antropologia e artes, não nos departamentos de história.

Da fonte para o campo de estudos da visualidade

A contemporaneidade tem colocado a questão da visualidade como um ponto fundamental para a percepção do mundo, sobretudo a partir da década de 1980, seja em razão do aumento da importância da visualidade, justificada geralmente pelo crescimento da comunicação eletrônica, seja em razão de um processo normal de popularização da imagem virtual.

O esforço da sociologia, antropologia, filosofia, semiótica, psicologia, comunicação, cibernética, entre outras tantas ciências e/ou disciplinas, têm feito avançar as perspectivas de uso e análise das imagens como recursos e fontes para o entendimento da realidade. A história, no entanto, tem

ficado à margem desse processo. Reforça-se a perspectiva de uma formação essencialmente logocêntrica. Dessa maneira, faz-se premente a necessidade do desenvolvimento de uma nova expressão: a história visual. No entendimento de Meneses, tratar-se-ia mais de um campo operacional do que de uma nova compartimentação ou especialização da história.

Assim, alguns caminhos são fundamentais. Em primeiro lugar, do ponto de vista epistemológico, as fontes visuais não devem se transformar na substância, ou no alvo da atividade do historiador. Citando o próprio Meneses:

Não se estudam fontes para melhor conhecê-las, identificá-las, analisá-las, interpretá-las, analisá-las, mas elas são identificadas, analisadas, interpretadas e compreendidas para que daí, se consiga um entendimento maior da sociedade, na sua transformação.⁵

Em segundo lugar, o historiador tem de se perguntar, tal como fazia Vovelle, se se tratava de fazer história da imagem ou história com imagens. A questão fundamental é saber se se é possível fazer uma história cultural do social. A questão da imagem incide no problema que Chartier colocava nessa discussão. Assim, a questão da imagem não deve, nem pode, ser analisada de uma perspectiva interna de análise das imagens em si, ou na sua relação com um conjunto de determinações externas. O que importa a uma “história visual” é perceber a rede de interdependências, de práticas culturais e de representações.

Assim considerada, a história visual deve se ater ao estudo da cultura visual ou ao regime visual do prisma das rela-

ções sociais. Devem-se evitar, no entanto, a diversificação e flexibilização indefinida do campo de estudo, e também o estilhaçamento das representações visuais, o que irá definir uma unidade do campo de estudos da história visual; deve ser a problemática histórica proposta, não o tipo de fontes a que se vinculará o historiador.

Uma primeira referência que encontramos dos ex-votos de Trindade detalha aspectos interessantes dessa manifestação religiosa. Na dissertação do professor Miguel Archangelo Nogueira dos Santos, intitulada *Trindade de Goiás: uma cidade santuário - conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro*, destaca-se que um dos fatores principais da romaria de Trindade é justamente a “causa-saúde”. E neste caso específico, sua análise estende-se aos ex-votos. É interessante observar que Miguel Archangelo desenvolveu a dissertação em meadas da década de 1970, mais especificamente no ano de 1976. Essa ressalva é importante

porque ele teve contato com os ex-votos do santuário antigo. Ele descreve, por exemplo, um fato interessante sobre os ex-votos feitos de cera:

Os ex-votos quase que exclusivamente de cera representam principalmente cabeças, braços, pernas, mãos e pés, geralmente no tamanho natural, representando em especial graças já obtidas: são mais pagamento de promessas do que pedido de graças; esse material pela falta de espaço, é freqüentemente substituído pelos mais novos, sendo o mais antigo transformado industrialmente; tais ex-votos não constituem mais peças de artesanato popular, como no passado, mas adquiridos no comércio comum; dado o caráter ocasional da Romaria de Trindade não existe propriamente forma alguma de artesanato local em função da mesma.⁶

Continuando seu trabalho, Miguel Archangelo nos apresenta uma caracterização interessante, naquela época, do material pictórico disponível. Assim, podemos compor um quadro com os seguintes dados:

| Relação de elementos pictográficos encontrados em Trindade até 1976 | |
|---|-----------|
| Acidentes com veículos motorizados | 25 |
| Acidentes com armas de fogo | 8 |
| Acidentes com veículos não motorizados | 6 |
| Investidas de animais (vacuns, onças e cobras) | 7 |
| Acidentes com madeiras (árvores, toras, etc.) | 6 |
| Acidentes com água (afogamentos) | 6 |
| Quedas de cavalo | 3 |
| Acidentes com fogo (incêndios) | 2 |
| Desabamentos | 2 |
| Acidentes com eletricidade | 2 |
| Outros (agradecimento de saúde etc.) | 2 |
| Total | 67 |

Fonte: SANTOS, Miguel Archangelo Nogueira dos. *Trindade de Goiás: uma cidade santuário - conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro*. Goiânia, Dissertação (Mestrado) - UFG, 1976.

Detalhe interessante para nosso trabalho é essa observação final de Lima. O material encontrado no ano de 2004 na sala de Milagres do Santuário de Trindade em grande parte não coincide com o material descrito e fotografado por Marcelo Feijó, bem como com aquele listado pelo professor Miguel Archangelo. É interessante que também as gravuras, retábulos ou pinturas não se apresentavam em estado ruim, obra, possivelmente, de uma reedição, visto que em alguns momentos encontramos pinturas duplicadas, idênticas inclusive – é o caso do homem da onça. Outro detalhe interessante no trabalho de Lima é o fato de que o projeto visou trabalhar o conteúdo artístico dos ex-votos. A intenção era fazer um trabalho puramente iconográfico, de importância fundamental para o registro histórico, pois, segundo se comenta, uma boa parte do material em madeira, por apresentar caruncho e um estágio de degradação avançado, teria sido jogada ao lixo.

Dois atos da guerra das imagens

Ato I - Os padres redentoristas em Trindade – Barro Preto no final do século XIX

Nessa época, o Arraial do Barro Preto não passava de um pequeno povoado, que tinha a igreja e doze casas de pau-a-pique. Nos dias de festa, a calma do local dava lugar a um grande fluxo de pessoas, em média vinte mil. Nesse momento, o sagrado e o profano interagiam. Conforme

o relato de Oscar Leal, Barro Preto apresentava um aspecto soberbo. Havia gente de todas as classes. Curiosos e devotos se misturavam a negociantes, especuladores e jogadores.

O objetivo principal da convocação dos Redentoristas alemães pelo bispo dom Eduardo Duarte Silva, de Goiás, era a administração do Santuário de Barro Preto, hoje Trindade, pertencente à paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas e dela distando cerca de quatro léguas ou 24 km. Os padres Redentoristas foram enviados a Trindade com o intuito de cristianizar a romaria e impor o preceito moralizador da Igreja na festa que deveria ser religiosa, não profana. Entretanto, a recepção dos padres redentoristas na festa de 1895 foi marcada pela desconfiança e por uma latente agressividade por parte dos chefes políticos locais, liderados, sobretudo, pelo coronel Anacleto.

Revolta de 1897 – batinas x casacas e o sequestro do Medalhão do Divino Pai Eterno

Em 1891, dom Eduardo foi nomeado bispo de Goiás e, entre as medidas reformadoras e para reorganizar a sua diocese, propôs a vinda de ordens e congregações estrangeiras, para dar vida nova e novo rumo ao povo católico de Goiás, promovendo as Santas Missões, disciplinando e “cristianizando” as romarias e festas populares religiosas. Em Goiás, quase ninguém estava obrigado aos preceitos da Igreja, porque era simplesmente impossível. Como assistir a uma santa missa se faltavam as vestes, animais para as longas viagens, ou

quando chovia? Por enquanto o povo vivia sua boa fé.

Duas eram as finalidades principais que o bispo almejava com a vinda dos novos religiosos: sagradas Missões e o cuidado dos santuários populares. O empenho dos bispos na implantação do modelo de Igreja do Concílio de Trento e a ação das congregações estrangeiras no meio do povo ficaram conhecidos como Movimento de Romanização da Igreja no Brasil.

Uma de suas primeiras visitas pastorais levou dom Eduardo à Capela do Divino Padre Eterno, de Barro Preto, em Campinas, que era a principal capela da paróquia. Depois de ver e avaliar os acontecimentos e costumes em torno daquela festa religiosa popular, tomou a decisão de cristianizar a romaria e acabar com a libertinagem, jogatina, meretrício, explorações e assassinatos: “A ignorância do povo é enorme; pessoas de 17, 18 e 30 anos não tem instrução, são católicos só de batismo. Não há ensino religioso. As crianças dificilmente freqüentavam escola; os vigários lá não apareciam e também não davam catecismo na igreja. Os pais nada sabiam.” Para realizar este objetivo, propôs-se confiar a administração deste centro de devoção popular a uma congregação religiosa.

Tudo começou em 1891, quando dom Eduardo visitou Trindade nos dias de festa e voltou estarrecido com o que vira: “Jogos, besundellas, brequefestes reúnem-se bilhardonas e as calonas de todas as freguesias bem como sujeitos avilanados e rapazes mariolas, que aproveitam essa reunião de gente ruim e de marafonas para saciarem a sua luxúria e executarem suas

vinganças, de sorte que não há um ano em que não haja assassinatos e ferimentos graves”, escreveu o bispo.

Dom Eduardo cuidou logo de ir à Europa em busca de padres para “cristianizarem as romarias”. Voltou com os Redentoristas alemães, que se fixaram em Aparecida do Norte (SP), Campininhas (hoje bairro de Goiânia) e no próprio Barro Preto, onde estão até hoje. Isso não impediu que houvesse um verdadeiro confronto entre os religiosos e os chefes políticos locais em Trindade. Ainda em 1891, o bispo dissolveu a Irmandade do Barro Preto, criada anos antes para gerir a romaria e a festa da Trindade. Para os religiosos, essa irmandade teria se arvorado na condição de proprietária do Santuário e de suas rendas, auferidas sobretudo na preparação e durante a festa.

Sem a renda da romaria, a partir de 1895, os chefes locais, que também eram partícipes da irmandade do Barro Preto, procuraram agitar os moradores contra os missionários alemães. O conflito precipitou-se em 1897, quando um grupo liderado por Moisés Batista de Abreu, Francisco Gomes do Nascimento e Tobias Belisário resolveu tomar de assalto o dinheiro do cofre, sob a alegação de que iriam embelezar o santuário para a festa que se avizinhava. Prometiam também, de posse do dinheiro, canalizar água e fazer pontes. Na verdade, o objetivo era desestabilizar a ação dos padres.

Diante da revolta, dom Eduardo deslocou-se até Trindade e, em sermão, ameaçou retirar do Santuário do Barro Preto a imagem do Divino Pai Eterno, o que levou

a que os revoltosos recuassem em suas intenções. Os ânimos se acalmaram em 1898, mas o confronto permanecia latente. Como anotou um missionário à época: “A brasa estava oculta pela cinza.” Por sua vez, dom Eduardo buscava seguir à risca os preceitos da Igreja. Para tanto, insistia na moralização dos festejos. Para ele, “na romaria do Barro Preto [...] os padres devem ir começando a acabar com tanto incentivo ao mal que ali se reúne, como por exemplo: jogos, cavalinhos, teatros e prostitutas”.⁷ Apesar do clima de revolta latente, a festa de 1899 aconteceu sem maiores problemas.

Entretanto, em 1900 os eclesiásticos resolveram transferir a data da celebração, que coincidiria com a época da tradicional romaria do Muquém, o que importava uma diminuição do afluxo de romeiros para Barro Preto. Além disso, por determinação expressa, a festa foi reduzida a apenas dois dias, restringindo-se somente a esse período a abertura do santuário, e a música foi proibida nas missas e procissões. As medidas levaram a que as insatisfações aflorassem de diversas formas.

No primeiro dia de julho de 1900, um homem embriagado arrombou a porta do santuário e resolveu expulsar os padres. O arrombamento se deu em razão do fluxo de romeiros que haviam chegado e encontrado o santuário fechado. Por sua vez, o coronel Anacleto exigiu dos padres a entrega das chaves do santuário, expulsando-os do local. Assim, assumiu o controle da festa e a promoveu de acordo com sua vontade.

O bispo não titubeou. Dirigiu-se a Trindade com o objetivo de interditar o santuário e transferir a imagem. Ao dei-

xar o santuário com a imagem, dom Eduardo foi cercado por foices, facas e garruchas. Espertamente, tomou duas decisões: primeiro, anunciou que só estava fazendo aquilo para abençoar o povo, e fez com que todos se ajoelhassem estimulando a veneração; em seguida, entregou a imagem a um padre e, subitamente, desmaiou. No dia seguinte, a imagem já estava em Campininhas e o bispo já havia proibido a festa e a presença de religiosos em Barro Preto. Dessa forma, a romaria foi transferida para Campininhas.

Durante todo o período da crise (Trindade), que terminaria em 1903, a ação pastoral nos diversos lugares ao redor de Campininhas e na própria sede não foi interrompida. Em 1901 deu-se a conclusão do convento. O edifício tinha 30 m de frente e 50 de fundos. Foram os irmãos leigos que, com a ajuda de mão de obra não especializada local, levantaram o convento. Nos anexos havia a capela dedicada a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a hospedaria para viajantes e os galpões necessários para o complexo agropecuário, que era um sítio ao redor do convento, apelidado pelo povo de “fazenda do padre José” (padre José Wendl) – localizado entre os ribeirões de Cascavel e Anicuns e lavrado pelos irmãos leigos, garantia a subsistência da comunidade, fornecendo ainda os animais necessários para as grandes jornadas apostólicas no interior do estado. O sistema de desobriga, pousos pastorais nas fazendas e bairros, mormente na quaresma, é ótimo, pois grande parte do povo não pode vir à igreja, dada a grande distância em que reside. Era também uma trincheira con-

tra a penetração do protestantismo norte-americano, cujos pregadores percorriam o interior do país.

Após o episódio, a povoação assistiu a um profundo refluxo. Os romeiros não se dirigiam para Barro Preto, nem para Campinas. Só depois de verem garantidas as condições de evangelização nos preceitos católicos da romaria é que a imagem voltou para Barro Preto, o que aconteceu somente em 1904.

Ato II - O Santuário de Trindade e a nova guerra das imagens

Em Trindade, nos últimos anos, podemos observar a reedição de uma velha prática da conquista da América, ou seja, uma tentativa de controle do imaginário pela imposição de uma “guerra às imagens” não oficiais. Assim, podemos detectar na representação dos milagres feita em alguns vitrais da basílica de Trindade a apropriação de temas dos ex-votos.

No exemplo abaixo vemos o ex-voto datado de 1946, em que Luzia de Souza teria recebido a graça de ter sido salva do fogo iniciado por uma lamparina de que-rosene. Há de se destacar que no ex-voto original, que podemos ver à direita, a representação do rosto e do corpo da criança remete a uma idade desproporcional ao uso do carrinho. Isso tem ligação com o fato de que os ex-votos são feitos como artefato de memória, pois devem funcionar como lembrança da graça obtida e lembrança do agraciado. Da mesma forma, observamos que não há referência ao santo no quadro original.

No vitral observamos duas coisas. Em primeiro lugar, a adequação de cores. A utilização de uma variedade cromática obedece a uma adequação da penetração da luz solar. Retoma-se originalmente uma característica muito comum aos ex-votos, qual seja, a utilização abundante de cores primárias. O azul passa a ser uma referência de fundo, assim como o amarelo e suas variações em dourado. O interessante é que passa a ser inserido na cena o santo e que, no caso dos vitrais, é a figura de Deus, pai eterno, ou primeiro da Trindade.

Em segundo lugar, nos vitrais retoma-se a prática de composição tradicional do ex-voto. A cena do milagre, que retrata o acontecimento a ser abençoado pelo santo, o espaço do santo, normalmente é representada pela figura do santo com marcas da ação miraculosa advinda do céu. Só não se recupera a legenda, que, no caso, também no ex-voto original não existe, com exceção do nome da agraciada.

Da mesma forma, a figura da mãe aparece no vitral, o que nos remete à percepção de que há uma transformação na concepção do artefato de memória. Assim, não apenas santo e agraciado pelo milagre devem ser lembrados. Da mesma forma, nesse caso, o agente invocador do santo e do milagre precisa ser retomado na memória do ex-voto relido pela Igreja.

Da singeleza da representação do ex-voto original só se destacava a roupa da menina. Roupa mais requintada, branca, com rendas, o que remete, por certo, às roupas que as meninas vestiam à época para ir à missa, ou participar das procissões de anjos, coisas comuns no interior do

Brasil, sobretudo na década de 1940. Na releitura do vitral, a roupa das mães, como

da criança, seguem um padrão mais atualizado, pouco artesanal.



Fonte: Foto de Eduardo Reinato.

Figura 2 - Vitral da Basílica de Trindade

No outro conjunto selecionado tomamos o ex-voto mais famoso da Sala de Milagres da basílica de Trindade. Nele vemos uma onça pintada dominando um homem. O quadro traz uma legenda, em que se pode ler:

A 1 de fevereiro de 1914, homens de Goiabeiras (Inhumas) foram caçar uma onça que lhes tinha dado grande prejuízo. Jerônimo Martins Borges deu um tiro nela, mas não a matou. A onça, furiosa, lançou-se sobre o perseguidor. Jerônimo ficou debaixo da fera, que o maltratou horripelmente. Neste perigo gritou: “Divino Padre Eterno, valei-me”, prometendo ao mesmo tempo o melhor de seus



Fonte: Foto de Eduardo Reinato.

Figura 3 - Quadro da Sala dos Milagres de Trindade

bois, no caso de sair salvo. No mesmo instante largou a onça a sua vítima, lançou-se sobre um outro companheiro Teófilo, que ficou morto no lugar. Jerônimo sarou e veio cumprir sua promessa e render graças ao Divino Padre Eterno.

O acontecimento é, no mínimo, trágico-cômico. O elemento da troca fica evidenciado de forma muito forte. Certamente, Teófilo não tinha fé o bastante, ou não tinha gado bom o bastante. O resultado, Teófilo padeceu; Jerônimo recebeu o milagre. Na basílica de Trindade a representação em vitral desse milagre chama muito a atenção dos romeiros que ali adentram, sobre-

tudo porque boa parte deles tem histórias familiares que envolvem onça, ou já ouviram de seus antepassados moradores do sertão histórias com onças.

O que se vê numa representação e na outra é que chama a atenção. A cena reconstituída no vitral consolida a presença celestial do “Divino Padre Eterno”. A onça está focada no santo e há uma significativa composição elaborada das roupas do fazendeiro. A releitura demonstra uma perspectiva de reconhecimento, por parte do elaborador da imagem, da condição social diferenciada do agraciado; no entanto, não

há nenhuma menção à história estranha da morte do Teófilo.

No vitral a figura do fazendeiro recebe até botas, ao passo que no original o homem aparece descalço, com roupas humildes, com uma calça surrada. A figura do homem barbudo no ex-voto também representa o que mais caracteristicamente eram os homens do sertão por volta de 1945, quando o acesso ao barbeiro ou a prática de se barbear nem sempre eram facilitadas pelas condições do interior do Brasil. O vitral, portanto, moderniza a representação do milagre.



Fonte: Foto de Eduardo Reinato.

Figura 4 - Quadro da Sala dos Milagres, um dos mais antigos ex-votos de Trindade



Fonte: Foto de Eduardo Reinato.

Figura 5 - Vitral da Basílica de Trindade

Considerações finais

A guerra das imagens em Trindade no século XX reflete o que significa para a Igreja o controle do imaginário. A imagem pode ser o veículo de todos os poderes e resistências, pois desenvolve uma maneira específica densa como um texto, no entanto mais eficiente, pois costuma ser irreduzível à descrição textual. Assim, a imagem dos vitrais da basílica é uma imagem controlada, ao passo que a imagem dos ex-votos possui uma pluralidade de vozes não facilmente controláveis.

Nos ex-votos existe, sem dúvida alguma, um instrumental eficaz para o serviço da catequese. Essas representações se constituem tal como um espelho da sociedade que os produz, seja na sua religiosidade, seja pela percepção de aspectos culturais dessa mesma organização social. Diante do ex-voto, o romeiro, o crente, pode perceber os benefícios da fé, ao mesmo tempo em que, tal como em um livro, colhe exemplos dos perigos da vida, do trabalho, das viagens, preparando-se para evitar ou para enfrentar aquilo que lhe pode acontecer.

A primeira lição desse exercício catequético pode ser percebida pela exemplificação da existência possível de um diálogo fecundo entre o homem e a divindade. A maioria das representações permite a percepção de um diálogo entre o homem e Deus ou o santo. Isso coloca em questão a existência de uma relação de reciprocidade entre os humanos e os seres divinos. A segunda lição remete à tarefa do historiador, visto que tais representações esboçam uma espécie de retrato de corpo inteiro de

uma comunidade, recortados tal qual um quebra-cabeça, mas que permite a reconstruções de detalhes da vida privada, do cotidiano do mundo do trabalho, bem como das expressões profundas da religiosidade popular.

Quando temos legendas nos quadros, o ex-voto permite revelar famílias, bem como, às vezes, podemos identificar, numa leitura de primeira olhada, a doença, a residência, uma data do acontecimento da graça ou a pintura do quadro, o que implica o conhecimento do momento do pagamento da promessa.

Assim, como possibilidade de análise, os ex-votos permitem a análise do gestual da prece à análise do espaço celeste ou dos comportamentos familiares. Permite, da mesma forma a percepção de um imaginário sobre o além-vida, sobre a transcendência e, sobretudo, a demonstração da circularidade cultural entre a representação teológica mais sofisticada e a percepção teológica mais popular, ou mesmo uma cosmogonia popular.

Imaginary in religious ex-votes and vitreous of Church from Trindade - Goiás

Abstract

The present study pretends analyze a set of fountains that were little explored on history of Goiás: the ex-votes from the rooms from the miracles of the Sanctuary of Trindade - Goiás. The intention is understand what if she expresses the popular devotion via the ex - votes and the reaction of the official

Catholicism to the this variety of manifestation. In the last years catholic church attempt of control the imaginary, via the imposition from a “images war” no officials. Such, the room of ex-votes was reorganized into the sanctuary of Trindade, em Goiás. But the proper sanctuary, beyond from the saints of devotion aligned em stained glass window, opted for Catholicism the practices votivas. When we enter on nave of the Sanctuary of Trindade, we see a new form of representations from the ex-votes exposed on the stained glass window, since includes elements no contained on the poriginal ex-votos pictures.

Key words: Ex-votes. Imaginary. Visual sources.

Notas

- 1 Ver VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- 2 VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas das mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997.
- 3 CUNHA MATTOS, Raymundo José da. *Corografia histórica da província de Goiás*. Goiânia: Líder, 1979.
- 4 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100002. Acesso em: 23 mar. 2008, p. 12.
- 5 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Op. cit., p. 21.
- 6 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Op. cit., p. 26.
- 7 SANTOS, Miguel Archangelo Nogueira dos. *Trindade de Goiás: uma cidade santuário - conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro*. Dissertação (Mestrado) - UFG, 1976. p. 234

- 8 PINHEIRO, A. C. C. (Org.). *Passagens: autobiografia de dom Eduardo Duarte Silva, bispo de Goyaz*. Goiânia: Kelps, 2007. 273 p.

Bibliografia

- ARAÚJO, Iaperí. *Elementos da arte popular*. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1985.
- ABREU, Jean Luiz Neves. *O imaginário do milagre e a religiosidade popular*. Um estudo sobre a prática votiva nas Minas do século XVIII. Dissertação (Mestrado) - UFMG, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: www.capes.gov.br.
- AUGRAS, Monique. *Todos os santos são bem-vindos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- BURKE, Peter. Iconografia e iconologia. In: *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: Edusc, 2004.
- CASTRO, Márcia de Moura e. *Ex votos mineiros*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.
- _____. O ex-voto em Minas Gerais e suas origens. *Cultura*, Brasília, ano 8, n. 31, p. 106-112, jan./mar. 1979.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, 2006.
- MATTOS, Maria Emília. Ex-votos. In: *Catálogo da exposição da Ordem Franciscana*. Angra dos Reis: Museu de Arte Sacra, 1994.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Um mundo encantado: religião e religiosidade ao fim do período colonial. *Oceanos*, Lisboa, n. 42, abr./jun. 2000.
- PINHEIRO, A. C. C. (Org.). *Passagens: autobiografia de dom Eduardo Duarte Silva, bispo de Goyaz*. Goiânia: Kelps, 2007. 273 p.

REINAUX, Marcílio. *Aspectos artísticos e históricos da estatuária e dos ex-votos do Nordeste*. Dissertação (Mestrado) - UFPE, Recife, 1988.

ROMEIRO, Adriana. *Todos os caminhos levam ao céu. Relações entre cultura popular e erudita no Brasil do século XVI*. Dissertação (Mestrado) - Unicamp, Campinas, 1991.

SANTOS, Miguel Archangelo Nogueira dos. *Trindade de Goiás: uma cidade santuário - conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro*. Dissertação (Mestrado) - UFG, Goiânia, 1976.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade. A vida diária da gente de cor nas Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Fé e milagre: ex-votos pintados em madeiras. Século XIII e XIX*. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Maria Augusta Machado da. *Ex-voto e orantes no Brasil*. Leitura museológica. Rio de Janeiro: MEC/ MHN, 1981.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. *Imaginária e devoções no catolicismo brasileiro*. Projeto História, São Paulo: PUC/SP, n. 21, nov. 2000.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas das mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997.